



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCH
CURSO DE PEDAGOGIA

**A COMPANHIA DE JESUS EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI:
UM OLHAR PARA A EDUCAÇÃO**

ARIELE MAZOTI CRUBELATI

MARINGÁ
2010

ARIELE MAZOTI CRUBELATI

**A COMPANHIA DE JESUS EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI:
UM OLHAR PARA A EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Teoria e Prática.

Orientador: Prof. Dr. Célio Juvenal Costa.

MARINGÁ

2010

*A todos aqueles que fizeram parte de
mim neste momento da minha
história.*

AGRADECIMENTOS

Esse espaço seria pequeno para destinar agradecimentos a todos que merecem pelo apoio a mim dedicado, e principalmente para demonstrar a satisfação que tenho em possuir tantas pessoas merecidas neste momento, pela importância que se fez neste período de minha vida.

Agradeço primeiramente a Deus, que me possibilitou tantas experiências.

Agradeço ao meu professor orientador Célio, principalmente pelo companheirismo e dedicação.

Agradeço os professores que me orientaram nos projetos que participei, por me incentivarem e proporcionar acesso as demais áreas da pedagogia, como o PROPAE, Pedagogia Hospitalar e PROEJA.

Agradeço ao grupo LEIP (Laboratório de Estudos do Império Português), por ter contribuído com os meus estudos e a realização deste trabalho, assim como todos que lá pude me relacionar.

Aos professores que passaram por nós nestes quatro anos, por contribuírem cada um com suas características, para uma formação integral e satisfatória. Àqueles que souberam ser mestres e, acima de tudo, grandes amigos, meu carinho e eterna gratidão.

Agradeço ao Centro Acadêmico de Pedagogia (CAPED), pelos amigos que fiz Denis, Gabi, Stella, Fernanda, Sol, Giseli, Thais, Diego, Luana, Kássinha, Márcio e Talita; pelas lutas e principalmente por me fazer sentir parte do curso dedicando nosso trabalhando pelo coletivo.

À Universidade Estadual de Maringá.

Agradeço especialmente à minha família. Agradeço, por tudo que sou, que transmito, que conquistei e que serei. É com emoção que lhes digo: este é o momento em que

vocês podem confirmar que o esforço feito em prol de uma boa educação em mim depositada, valera realmente cada gota de suor, cada lágrima, cada momento distante quando a vontade era estar junto, cada sorriso na construção do caráter da maior escola de todas, a vida.

Francisco a quem me orgulho de chamar de pai, obrigado por mostrar em atitudes o homem de princípios e caráter que és; obrigado pela confiança. Tudo é mais fácil quando a base é forte. Jô, minha mãe sempre coruja e querendo os filhos embaixo da asa, saiba que era em sua dedicação que me inspirava para ter discernimento em minhas atitudes. Meus queridos irmãos. André, obrigado por todo companheirismo, compreensão e conselhos expressados da melhor maneira, porque sabe que se fosse de outro jeito não funcionaria, me espelhei muitas vezes em você. Giovanna e Alanna obrigado pela paciência em agüentar tanta chatice, pela amizade e por entender a ausência nos momentos em família que se tornaram cada vez mais difíceis, sinto falta de estar perto e vê-las se tornando mocinhas.

Aos meus amigos de lá, Vanessa, Natália, Carla, Daiane, Caio e Shigueru que deixei quando parti para essa nova jornada, e que com encontros cada vez mais raros nos afastamos, mas que sempre soube que estavam lá, torcendo por mim e emanado forças para o meu sucesso.

Aos amigos de cá, que foram minha família por todos esses anos. Obrigado pelo companheirismo, lealdade, amizade, obrigado pelo crescimento que me proporcionaram, pelo verdadeiro significado da palavra amizade, em todos os sentidos e momentos vividos, que sem dúvida renderiam muitos artigos. Tenham certeza que é com a voz embargada de emoção e a visão embaçada das lágrimas nos olhos de saudade, que direi adeus a quem por quatro anos, muitos dias e todas as noites seguiram ao meu lado. Vocês: Luana, Liah, Lizandra, Thaty, Camila, Karen, Sassá, Jana, Márcio e Maykon, cada um que com tais individualidades não poderiam me fazer mais feliz, tenham certeza que em meu coração está guardado cada gesto, olhar, cada palavra de incentivo que a mim foi dirigida, vocês compõe uma linda parte da minha história. Ao meu amigo especial Gil, que de tão semelhantes mais parecemos irmãos, obrigado pela amizade sincera e leal, por ser meu amigo e

confidente, por agüentar tantas ações impregnadas de personalidade forte e sempre estar ao meu lado, você já faz parte da minha vida.

Aos amigos de sala e de toda a pedagogia que tive a oportunidade de me relacionar. Aos meninos da informática que conhecemos e nos agüentaram por todos esses anos, se tornaram grandes companheiros. A todos os amigos dos demais cursos que fiz nesta Universidade, obrigado pela parceria e divertimento.

Às minhas cúmplices e amigas de república, Carina, Lorena, Larissa, Adriana, por fim Bruna e Vanessa, e a todos que por aqui passaram, obrigada pelo convívio, troca de experiências e principalmente paciência nos momentos de correria com os deveres acadêmicos.

Enfim, agradeço a todos aqueles que não citei, mas que de alguma forma contribuíram e participaram desta minha formação acadêmica e realização deste trabalho.

Obrigada.

Não faça o possível,

Faça o melhor!"

João Luiz Gasparin

CRUBELATI, Ariele Mazoti. **A COMPANHIA DE JESUS NO SÉCULO XVI EM PORTUGAL: UM OLHAR PARA A EDUCAÇÃO.** 2010. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Estadual de Maringá.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar a presença dos padres jesuítas no reino português durante o século XVI. A pesquisa, que é de caráter bibliográfico, limita-se unicamente ao reino, não abordando questões pertinentes ao Império Português como um todo. Para sua realização, fez-se necessário a contextualização histórica de Portugal nesse período, analisando como o reino lusitano se encontrava a fim de compreender os motivos que levaram essa ordem religiosa a adentrar ao país. Posteriormente, buscou-se compreender o surgimento da *Societas Iesu* a fim de entender seus objetivos iniciais. Priorizou-se as informações relativas às atividades educacionais dos jesuítas, como o estabelecimento de colégios e universidades. Apesar de a educação não ter sido o principal objetivo da Ordem, ela veio a se tornar uma das principais e mais reconhecidas atividades exercidas por aqueles padres, o que torna o seu entendimento um exercício de suma importância.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em Portugal, Ordem religiosa, Padres Jesuítas.

ABSTRACT

The aim of this work is to analyze the presence of the Portuguese Jesuit priests in the Portuguese Kingdom during the sixteenth century. The research, which is of bibliographical nature, is limited to that kingdom, and it does not board issues related to the Portuguese Empire as a whole. To achieve that, it was necessary to make a historical contextualization of Portugal by that period, analyzing the situation of the Lusitanian kingdom, so we could understand the reasons that led that religious Order to come into the country. Subsequently, we also sought to understand the emergence of the *Societas Iesu* in order to grasp their initial goals. Great emphasis was given to the information related to the educational activities of the Jesuits, such as the establishment of schools and universities. Although education was not the main objective of the Order, it became one of the leading and most recognized activities performed by those priests, which makes its understanding an exercise of high importance.

Keywords: Education in Portugal; Religious Order; Jesuit Priests.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	11
2. O CONTEXTO HISTÓRICO DE PORTUGAL NO SÉCULO XVI	14
2.1 Portugal e as navegações: uma articulação necessária	19
3. A HISTÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS: SURGIMENTO E FORMAÇÃO	22
3.1 Inácio de Loyola e a formação da Companhia de Jesus.....	24
3.2 Os Jesuítas em Portugal	30
4. COMPANHIA DE JESUS: RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
6. REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

Em Portugal, no século XVI, a Igreja deparava-se com uma remodelação profunda em todos os níveis, situação que deve ser compreendida a partir de como se encontrava a Coroa e da própria Igreja naquele contexto. O bispado estava longe de deter o equilíbrio territorial e populacional, o que provocava o desequilíbrio econômico, ao mesmo tempo em que o reino se encontrava em uma verdadeira desordem nos mais variados aspectos. O rei de Portugal D. João III e a população portuguesa, devotos da fé cristã, nela vislumbraram uma esperança e meio de tentar sanar os problemas do reino.

Após uma negociação entre embaixadores do rei D. João III com Inácio de Loyola, eleito o primeiro Geral da Ordem, os padres da Companhia de Jesus dirigiram-se à Portugal, em 1540. O rei, em carta ao seu embaixador D. Pedro de Mascarenhas, dizia que o grande objetivo das conquistas portuguesas na Índia e nas demais terras apropriadas foi sempre a propagação da fé católica, motivo pelo qual ele financiava essa atividade. Os jesuítas, conhecidos à época como padres reformados, causaram boa impressão ao embaixador português e, por decorrência, ao soberano lusitano.

Essa ordem religiosa, fundada em um momento de muitas perturbações, veio para disseminar o catolicismo por todas as regiões do mundo. A fase, marcada por muitas descobertas e pelas navegações, foi um momento propício para levar a mensagem da Igreja Católica e conquistar os locais mais distantes.

No entanto, a presença dos dois padres jesuítas em Lisboa agradou tanto a corte portuguesa a ponto de provocar mudança nos planos, fazendo com que eles permanecessem no reino, onde Simão Rodrigues fundou colégios e universidades, enquanto que Francisco Xavier foi para Goa, capital lusitana, no Oriente. Dessa forma, a Companhia acabou atendendo aos dois pedidos da Coroa.

As atividades que desenvolveram alcançaram, praticamente, todo o mundo conhecido à época. Os jesuítas atuaram em missões internas pela Europa, em missões pelas novas terras conquistadas ao cristianismo, atuaram na administração

e manutenção de escolas, nos colégios, nas universidades e na atuação destacada no Concílio de Trento. Todas as ações eram decididas e supervisionadas por uma administração central em Roma, bem próxima ao centro do poder da Igreja Católica. A Companhia de Jesus logo se tornou um instituto religioso orgânico, administrativamente centralizado e diversificado em suas atividades.

Para além de atividades estritamente missionárias e educativas, a Companhia de Jesus teve participação política e social muito importante na sociedade portuguesa de *quinhetos*, uma vez que, seus integrantes eram súditos especiais do rei. A história da *Societas Iesus*, um termo utilizado para a Companhia de Jesus, no século XVI, em Portugal, confunde-se, em certa medida, com a própria história portuguesa e, nesse sentido, com a própria história da América Portuguesa¹. Aí reside a importância de estudos referentes à história particular daquele instituto religioso, que é o objetivo principal do presente Trabalho de Conclusão de Curso.

O texto está dividido em quatro sessões, além desta Introdução. Iniciando com o Contexto Histórico de Portugal no século XVI, traz a realidade lusitana neste período que explica as condições que a Companhia encontrou o reino lusitano e o porquê de Dom João III viu nesta Ordem religiosa a esperança para a reconstrução de Portugal.

Em um segundo momento será tratado a História da Companhia de Jesus: surgimento e formação, para entender a partir de onde surge quem foi o fundador e em quais princípios era regida a Ordem Inaciana.

Por fim o terceiro capítulo intitulado como A Companhia de Jesus: relação com a educação, traz a Companhia como precursora do incentivo as letras no reino lusitano, mostrando que essa não era a intenção principal da Companhia mas que muito veio a contribuir se tornando reconhecida principalmente pelas realizações com êxito no âmbito educacional.

¹ A utilização do termo América Portuguesa ao invés do usual Brasil colônia, faz-se em virtude da compreensão de que, naquele momento, os colonizadores não pretendiam construir uma nova nação, mas concebiam o território como um pedaço de Portugal, uma parte do Império Português.

Espera-se conseguir atingir os objetivos propostos e, dessa forma, refletir sobre um momento importante da história da educação. Sabe-se que cada momento histórico é responsável por produzir um determinado modelo de educação que, compreendida em sentido amplo, pode ser reveladora quanto o contexto a qual está inserida.

É instigada por esta preocupação que me proponho, neste trabalho, estudar a Companhia de Jesus assim como sua íntima relação com o contexto de Portugal no século XVI. O olhar para o passado tende a contribuir para o entendimento do estudo atual e assim, a importância do estudo na história na formação docente, principalmente do pedagogo que forja uma parte fundamental dos métodos e práticas do pedagogo na atualidade.

2 O CONTEXTO HISTÓRICO DE PORTUGAL NO SÉCULO XVI

Foi na França, principalmente em Paris, que o Humanismo português se preparou. A afirmação é de Marques (1974), que acredita que a grande época do Humanismo lusitano correspondeu ao período de 1525-1550, movimento no qual é analisado sob três aspectos: o ensino, a produção literária e os contatos internacionais.

O autor afirma que, praticamente, todas as escolas de nível médio e superior sofreram a influência humanista, obtendo professores preparados e capazes de renovar inteiramente as matérias e os programas, e, assim, o fizeram. Em Portugal iam se formando inúmeros colégios, tanto tradicionais como com características modernas.

Nas décadas de 1530 e 1540, mais de vinte colégios foram fundados em Portugal, mais especificamente em Coimbra. Conforme afirma Marques (1974), a reforma da Universidade de Coimbra, permeável como foi às novas tendências expostas pelo Humanismo, não deve ser vista como uma reforma humanista típica, conduzida e realizada por escolares com fins puramente intelectuais. Pelo contrário, levou o indicador do Estado e situou-se antes entre os grandes empenhos de centralização política.

Por mais que neste período eram poucos os homens instruídos em Portugal, havia, na verdade, poucas pessoas que se dedicavam aos estudos, e estes estudavam em universidades estrangeiras, sendo em sua maioria sacerdotes. Conforme observa Rodrigues (1931a), nesse contexto de baixa capacidade intelectual do clero tanto em Lisboa como nas demais províncias de Portugal, o estudo das letras tornou-se uma preocupação.

No anseio de ciência, as universidades almejavam o privilégio cultural no país, ainda que não conseguissem acompanhar a cultura humanista do tempo. Marques (1974), chama a atenção para o fato de que toda a estrutura da Universidade foi afetada pelas modificações no plano de estudos. As novas ordenações ou regulamentos concedidos à Universidade de Coimbra ressaltavam o condicionamento à autoridade rígida e restringiam a tradicional relação com o

Papado e a Igreja, passando a universidade a ser encarada como um aparelho de poder real.

Se, no cenário do ensino, o conflito do Humanismo se revelou por melhoramentos e progresso, não foi tão clara a transformação no campo da literatura e da produção literária, em geral. Marques (1974), afirma que só após 1520 os humanistas começaram a reagir contra aquilo que consideravam temas e formas antigas nas quais não tinham mais importância, extinguindo a passos lentos, com a sua crítica, o meio acomodado português. Devido a este triunfo tardio do Humanismo no meio literário, os grandes nomes do Renascimento português floresceram somente na segunda metade do século XVI.

A expansão ultramarina, distraíndo para Lisboa a atenção de toda a Europa ao levar para Portugal uma ampla publicidade cosmopolita, cooperou significativamente para o seu desenvolvimento cultural. Marques (1974), comenta que um acréscimo da riqueza admitiu a larga migração de estudantes portugueses para os fundamentais centros culturais da Europa, onde ouviram professores que os oportunizaram o contato com os variados aspectos distintos do que tinham e com formas superiores de vida e de pensamento. Para o autor, isso se deu mediante a doação de dinheiro e outros favores como bolsas de estudos oferecidas a estudantes portugueses, mais especificamente mediante uma política inteligente de desenvolvimento cultural. Esse feito se dava pela crença nessa política, pois os portugueses da primeira metade do século XVI acreditavam que estavam no caminho certo para alcançar uma alteração radical na composição cultural do país.

No que se refere à arte, quatro estilos marcam o período, fundindo-se com muita originalidade na maior parte dos monumentos: o Gótico, o Manuelino, o Mudéjar e o Renascentista. A contribuição de Portugal para o Renascimento, todavia, não se deu tanto no capítulo das Artes ou das Humanidades, e sim na Ciência. Foram no palco das Navegações, Astronomia, Ciências Naturais, Matemática e Geografia que o contributo português veio por inteiro transformar a direção da ciência e do conhecimento geral lusitano.

Os portugueses do século XV e XVI possibilitaram, por meio da experiência e da dedução científica, a compreensão de que o Oceano Atlântico era navegável e estava livre de monstros. Ao contrário do que se acreditava, era possível navegar além da costa e conseguir sem problemas orientação pelo sol e estrelas, avanços cruciais que se deram antes de 1550, mas a sua circunscrição científica e seu impacto expressivo na humanidade iriam durar séculos.

Sobre reformas religiosas, Marques (1974), argumenta que em Portugal nunca houve uma protestante propriamente dita, posicionamento embasado pela ausência de registros de luteranismo, calvinismo ou de outra ideologia religiosa adentro das fronteiras portuguesas.

O autor acredita na possibilidade de ter existido tal movimento, mas os portugueses, sempre discretos nesse sentido, chamaram pouca atenção. O estabelecimento da Inquisição, que há quem julgue ter sido introduzida devido à ameaça de desvios de catolicismo, desencorajou tais ideias. No entanto, conforme observa Marques (1974), a Inquisição teve pouco a ver com a Reforma, ao menos como pretexto real da sua fundação.

O Concílio de Trento (1545-1563), foi o marco da virada definitiva na Reforma da Igreja do século XVI que, ao definir e clarear temas de caráter teológico e doutrinal, assumiu a cisão com novas religiões (DIAS, 1969). Os decretos tridentinos foram adotados como lei em Portugal, reforçando a influência do direito canônico na legislação portuguesa e marcando o apogeu das relações estreitas entre a Coroa e o Papado. A Inquisição foi instituída em 1536 por D. João III, mas com restrições quanto ao direito de ação, passando, só em 1547, a dispor de plenos poderes, começando uma nova época para a história lusitana (MARQUES, 1974).

A intervenção real nos assuntos da Igreja, que existia nas nomeações, apenas se concretizou por ser, frequentemente, de teor político. Além desta característica do reino, outro aspecto lembrado por Dias (1969), é o fato de muitas pessoas que procuravam os conventos e se envolviam com estudos religiosos viam ali uma opção para colocar seus filhos, como forma de status e não por vocação. Tal estudo

contribuía cada vez mais para a deturpação do ideal monástico, incentivando rivalidades, más administrações e desvios de costumes.

O longo reinado de D. João III pode ser dividido em dois grandes períodos, diferenciado pela situação econômica, atitude religiosa, política, cultural e até o modo psicológico do soberano. Por um lado, ressaltavam-se suas características ímpares em comparação a outros momentos da história, principalmente na visão da população portuguesa. O monarca era admirado pela sua inteligência, qualidades morais, simpatia para com os seus vassallos, alcançando assim um lugar mais elevado comparado aos demais reis de seu século. Isso o trazia majestade e veneração, o que é evidenciado por considerações como esta: “não se crê que houve nunca pessoa humana de mais grandioso ânimo para fazer mercês, porque não se sabem quem lhas pedisse, que em todo ou parte não as recebesse de sua mão” (RODRIGUES, 1931a, LXXIV). Era um homem inegavelmente religioso, chegando a ser apelidado de santo, título com o qual satisfazia os sentimentos e aspirações de toda a nação. Ele queria manter em seu reino uniformidade das crenças com a intenção de evitar guerras por esse motivo.

Em outro momento, era tido como um governante que não tinha uma visão alongada, tomando suas decisões baseado plenamente na Companhia de Jesus e em defensores de uma estrita política de reforma religiosa.

O príncipe complacente, suscetível a novas correntes internacionais de pensamento, enaltecido por humanistas e sempre disposto a acolhê-los, depara-se com um panorama difícil nos aspectos econômico e militar, situação que pode ajudar no entendimento das grandes mudanças que ocorreram em Portugal a partir da década de 1540, uma vez que, é bem possível que as razões de caráter pessoal tenham influenciado as decisões do monarca. O fato de todos seus nove filhos terem morrido antes dos dezenove anos de idade no período entre 1530 e 1540, pode explicar o porquê de D. João III e sua esposa serem tão apegados à religião, vendo nela um refúgio.

Dom João III lutou muito a fim de não deixar decair Portugal da situação em que tinham deixado seus antecessores, buscando manter em equilíbrio o instável

alicerce que sustentava aquela sociedade. Conforme lembra Rodrigues (1931a), os olhos e as ambições portuguesas se voltavam para as conquistas, onde estenderam descobridores para o Oriente e Ocidente.

A expansão e a aparente riqueza de Portugal tornavam o seu soberano respeitado por todos os monarcas da Europa. D. João II, D. Manuel I e D. João III adquiriram certa fama como bons administradores e modelos de príncipes do Renascimento, o que possibilitou muitos contatos internacionais.

No século XVI, marcado pela expansão capitalista, por mudanças na agricultura, pela urbanização, por crises alimentares e epidemias, houve, esclarece Dias (1969), a urgência de uma nova política social. Este século foi marcado por um imenso aumento populacional, em meio a uma sociedade que ia se tornando mais complexa, tornando necessária sua melhor organização.

Com o objetivo de amenizar os problemas sociais que o império vinha enfrentando, sempre explicados a partir de concepções religiosas, a Igreja convocou um concílio que foi realizado na cidade italiana de Trento. O Concílio de Trento (1545-1563), que marcou a tentativa de assegurar a unidade da fé e a disciplina eclesiástica, chegou a ser relacionado a uma verdadeira Reforma Católica, uma vez que, tratava-se da intenção do catolicismo a qual era reafirmar seus dogmas e difundir a religião por todos os lugares. O movimento influenciou na mudança da política social, encarando a pobreza como uma questão conjunta da religião, sendo a Assistência reformulada de modo a tornar-se mais organizada e eficaz em termos econômicos e de recursos humanos (DIAS, 1969).

Para tanto, assistiu-se a tendência para a centralização, ou seja, uma padronização que propendia concentrar a prestação de serviços em unidades mais especializadas, melhor adaptadas a conjunturas socioeconômicas. A Assistência, afirma Dias (1969), abrangia ainda outras iniciativas como a esmola, a ajuda alimentar, o apoio aos presos, doentes e idosos, apoio financeiro e moral na morte, entre outros.

2.1 Portugal e as navegações: uma articulação necessária

Pode-se afirmar que as navegações possibilitaram a interação entre regiões de todo o mundo. A prática das navegações permitiu o conhecimento de outros “povos” e diferentes realidades. Portugal, o pioneiro em tais empreendimentos, possui nomes significativos nessas iniciativas, tais como o infante D. Fernando, Fernão Gomes, D. João, Diogo Cão, Bartolomeu Dias, Cristóvão Colombo, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral. Sobre a importância dos seus feitos, as considerações de Boxer (2002) são expressivas:

Foram os pioneiros portugueses e os conquistadores castelhanos da orla ocidental da cristandade que uniram, para o melhor e para o pior, os ramos enormemente diversificados da grande família humana. Foram eles, ainda que vagamente, os primeiros a tornar a humanidade consciente de sua unidade essencial (BOXER, 2002, p.16).

Muitas são as iniciativas capazes de ilustrar a expansão do poderio português, marcada pelas viagens para a América do Norte, América do Sul, exploração do Índico e do Pacífico, viagens no interior do continente, expedições à Etiópia, Ásia, entre outras localidades. Nesse sentido, Boxer (2002) comenta que Portugal, no período de 1498 a 1945, pode ser identificado pelo seu poderio marítimo e sua autoridade baseada no controle dos mares, detido apenas pelas nações europeias ao menos até o surgimento da América e do Japão como grandes potências navais no final do século XVI.

O mesmo autor comenta que nada é mais notável do que o modo como os portugueses conseguiram assegurar e manter, por quase todo o século XVI, uma posição dominante no comércio marítimo do oceano Índico e uma parte muito importante no que se fazia a leste do estreito de Malaca. Ao longo desse século, o país caracterizava-se por uma população na sua maioria camponesa que, assim como os demais países europeus, eram divididos “em várias categorias, que iam desde indivíduos relativamente ricos que lavravam a própria terra e contratava trabalhadores, até o proletário rural sem terras” (BOXER, 2002, p. 23).

Para uma nação pequena, composta por aquém de dois milhões de pessoas, a desmedida tarefa de erguer um império não era simples. No entanto, deve-se considerar, primeiramente, que a analogia entre amplos feitos e dimensões físicas de uma nação não se mostrava necessariamente direta, ou seja, não se via relação em número e qualidade das conquistas para com o tamanho do país. Além disso, Portugal nunca edificou, até meados do século XVI, um verdadeiro império, que exigisse número grande de homens armados e poderio militar desenvolvido (MARQUES, 1974).

Uma ameaça séria derivava da falta de mão-de-obra qualificada, pois apesar de apresentarem um número satisfatório de marinheiros e soldados, careciam de pilotos, capitães, peritos, administradores, surgindo aí uma preocupação real para o momento. Sentiu-se a necessidade de importar italianos, castelhanos, catalães, alemães, flamengos, muçulmanos e judeus, que passaram a participar ativamente da organização dos empreendimentos portugueses. Nesse contexto, muitos portugueses tiveram que emigrar por ensejos econômicos, religiosos, políticos e pessoais.

Em vez de depender de iniciativas privadas apoiadas ou fortalecidas pelo Estado, a expansão portuguesa foi essencialmente uma empresa estatal. A Coroa assentava diretamente numa estrutura feudal baseada no privilégio e na renda, que permitia à nobreza e ao clero secular a melhor parte dos lucros em proveito próprio. Faltando-lhes a mentalidade burguesa, nobres e clérigos preferiam investir em terra, construção e em luxo (MARQUES, 1974).

Marques (1974), comenta que, estando grande parte da produção ultramarina nas mãos de estrangeiros, os portugueses se tornariam transportadores por conta de outros ao invés de ser por conta própria. Toda essa “mãozinha” estrangeira exerceu papel importante no desenvolvimento do reino, pois, conforme comenta Boxer (2002, p. 362), “Nenhuma cultura nacional pode ter crescimento saudável e contínuo sem ser periodicamente fertilizada por uma nova inspiração e por idéias recentes vindas do exterior” (BOXER, 2002, p. 362).

O acentuado surto demográfico dos finais da Idade Média prevaleceu na maioria da Europa. Na península ibérica a disposição se manteve pelo menos até o final do século XVI. Os anos subsequentes foram marcados por estagnação, senão declínio efetivo. A estrutura comercial do país ao findar do século XVI não assoalhava diferenças essenciais em comparação com a do começo do século. O comércio externo estava sujeito muito mais às mercadorias vindas do ultramar do que as exportadas diretamente da metrópole.

Marques (1974), afirma que do além-mar vinham as principais fontes de rendimento do país. Entre Brasil e África se começou a desenvolver, em meados do século XVI, o tráfico de escravos.

Quanto à dilatação do comércio, a distância favoreceu o crescimento de uma classe mercantil portuguesa em luta permanente com os seus rivais, os mercadores estrangeiros, os nobres e o próprio rei. Em meados deste século, burgueses ricos de Lisboa atingiram o poder. Durou cerca de um século a luta que travaram almejando este objetivo, porém seus inimigos eram poderosos em demasia e estavam firmemente presentes.

3 A HISTÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS: SURGIMENTO E FORMAÇÃO

A *Societas Iesu* foi formada em 1534 nas cercanias de Paris e oficializada em 1540, pelo papa Paulo III. Seis padres, liderados por Inácio de Loyola, tinham como objetivo realizar uma moderna cruzada para converter os judeus e retomar Jerusalém ao domínio dos cristãos. Em Portugal, a entrada dos jesuítas se deu no mesmo ano da oficialização da ordem, sendo, no entanto, resultado de pelo menos dois anos de consultas e conversações. Em meados de 1540, chegam a Lisboa Mestre Simão Rodrigues e Mestre Francisco Xavier, após os devidos acertos dos embaixadores portugueses com a cúpula dos jesuítas em Roma e com o próprio Papa. O atendimento ao chamado do soberano lusitano foi resultado do entendimento de que o serviço à Coroa católica era, por extensão, o serviço ao próprio soberano da Igreja.

Com a chegada da Companhia de Jesus em Portugal, notaram-se avanços no reflorescimento das letras. Rodrigues (1931a, LVIII), afirma que por mais que fosse notável o deplorável aspecto intelectual que se encontrava, “os colégios que essa Ordem no andar dos anos fundou, concorreram não pouco para que mais largamente penetrasse e crescesse a instrução no clero, nobreza e povo”. Os portugueses eram muito religiosos e devotos da fé cristã, porém, as fraquezas humanas acabaram os corrompendo e atingindo o próprio clero.

Foi difícil o trabalho da Companhia de Jesus em virtude das condições que se encontravam os portugueses, havendo sacerdotes em uniões ilícitas, desordem moral e uma sociedade corrompida por cinquenta anos de um governo mal gerido. Manuel da Nóbrega escreve do Brasil relatando que os sacerdotes portugueses nos quais lá estavam, expressavam maus exemplos pelos seus costumes, contrariando as leis de Cristo e chegando a dizer publicamente aos homens “que era lícito estar em pecado com suas negras, pois que são suas escravas” (RODRIGUES, 1931a, LX). A desordem era tamanha que, afirma Rodrigues (1931a, p. LXVII), não se conseguia notar as regras e costumes do primitivo instituto.

O rei de Portugal, Dom João III, que se distinguia por ser um defensor da sua pátria, prezava pela pureza e unidade da fé. A maior prova de sua preocupação, comenta

Rodrigues, (1931a), mostra-se na restauração e progresso das letras ao qual teve importante participação, passando a ser considerado, a partir disso, o rei que mais favoreceu e adiantou em Portugal as boas letras, ciências e esplendores de obra literária, contribuindo sem dúvida para a educação.

Percebidas tais características e preocupações do monarca, fica clara a favorável entrada da Companhia de Jesus em Portugal, ocorrida em momento oportuno. Para Rodrigues (1931a), eles foram os que mais favoreceram o desenvolvimento dessa ordem religiosa, começando a cumprir sua missão em Portugal, por mais que nesse momento da chegada o país se encontrasse em plena decadência.

Quando a Companhia de Jesus entrou em Portugal, há muito havia se alastrado a destruição e a desordem. Rodrigues (1931a), afirma que a Companhia se esforçou para dar alento à geração daquele século, difundindo a instrução, pregando a verdadeira moral, restaurando bons costumes e elevando a glória de Portugal nos países além-mar com ação de seus missionários. Os padres da Companhia de Jesus foram de suma importância em suas iniciativas de elevar o prestígio português. Deve-se para esse entendimento levar em conta que Francisco Rodrigues é um historiador oficial da Companhia de Jesus, e, portanto esta é uma visão parcial da contribuição dos jesuítas para Portugal.

A Companhia de Jesus é uma ordem religiosa que nasceu sob os ventos da Reforma Católica e em um momento de expansão da sociedade moderna, impulsionada pela busca da mercadoria e do lucro. A educação é uma das atividades que mais se ligou à *Societas Iesu*, o que não o era a princípio. Apesar disso, a educação mais formal, que ocorria nos colégios, e informal, que se dava nas reduções, tornou-se, talvez, a atividade jesuíta que mais a caracterizou no mundo todo.

Discutir a história da Companhia de Jesus torna necessário abordar, ainda que brevemente, a vida de Inácio de Loyola, o seu fundador.

3.1 Inácio de Loyola e a formação da Companhia de Jesus

Nascido no ano de 1491, em uma família nobre, Inácio de Loyola, já na adolescência, foi direcionado à carreira eclesiástica, mas por sua vontade voltou-se para o exército das armas. Desenvolveu paixões pela aventura e desregramentos e, por mais que tivesse a coroa de clérigo, não a usava e nem vivia por essas leis, pelo contrário, procedia de uma excessiva liberdade, o que não significa que não era cristão, já que em sua religião era verdadeiro (RODRIGUES,1931a).

Em 1517, aos seus vinte e seis anos de idade, operou-se um começo de melhoramento na sua vida e costumes, no mesmo momento em que se inicia a contestação de Lutero contra alguns pontos da Igreja Católica. Caindo enfermo, Loyola teve uma provação, um testemunho de fé, sendo ele, segundo Rodrigues(1931a), a prova de um milagre divino. Nessa época em que ele teve que permanecer em repouso, pensou sobre muitas coisas da vida, de comportamentos que viriam a originar os *Exercícios Espirituais*² sobre as diversas agitações da alma humana, e uma forma de discernir as que vinham de Deus e as malignas.

Os exercícios que escrevia eram repletos de uma busca pela salvação do homem, eliminando os pecados cometidos e trazendo a paz para a alma. Ademais, traziam ainda a questão da morte com a crença de que quem morre apenas tem sua vida transformada, fazendo menção à ressurreição.

Com o pensamento nesse novo combate interior da alma, decidiu se desprender das vaidades do mundo, largar as armas de milícia terrena e começar uma nova vida, com outros conceitos e percepções da mesma, não sabendo exatamente que rumo tomar, mais certo que desejava peregrinar até Jerusalém e por em prática, ele mesmo, aquilo que fizeram os santos para honra de Deus. Segundo Rodrigues, Loyola havia se dado conta da vida leviana que levava e, após a aparição de Nossa Senhora, ele converte-se, anunciando voto de castidade e devoção à santa.

² Por esta expressão, Exercícios Espirituais, entende-se qualquer modo de examinar a consciência, meditar, contemplar, oral, vocal ou mentalmente, e outras atividades espirituais, de que adiante falaremos. Porque, assim como passear, caminhar e correr são exercícios corporais, também se chamam exercícios espirituais os diferentes modos de a pessoa se preparar e dispor para tirar de si todas as afeições desordenadas, e, tendo-as afastado, procurar e encontrar a vontade de Deus, na disposição da sua vida para o bem da mesma pessoa. (EXERCÍCIOS ESPIRITUAIS, 2002, p.12).

Loyola principiou a ser apóstolo e teve a benção do papa para sua peregrinação em Jerusalém, mas logo voltou para a Itália. Dedicou-se aos estudos no intuito de ajudar aqueles que disso necessitavam, depois ingressou na universidade. Com aplicação às ciências, começou a reunir companheiros que trabalhavam na mesma obra de Deus.

A princípio, conforme descreve Rodrigues (1931a), Loyola sofreu muitas perseguições, tendo sido preso pela inquisição por difundir a doutrina cristã e, quando solto, mudou para Universidade de Salamanca, sendo preso ali também. Em 1528 mudou-se para Paris, onde se deparou com as agitações provocadas por Lutero. O objetivo de Loyola era se engajar na ciência e usá-la para defender a doutrina católica e encaminhar homens para, como dizia ele, a “verdadeira felicidade” (RODRIGUES,1931a).

Há uma luta de ideias neste momento na França, que fez acender mais e mais o zelo de Inácio para se separar no estudo a dificultosa peleja e juntar companheiros que o auxiliam na sua obra premeditada. Um destes foi Simão Rodrigues, que mais tarde escreveu sobre o começo da Companhia. Em 1533, termina a faculdade com título de Mestre em Artes. Nesse sentido, Rodrigues (1931a) comenta que:

O fruto e mudança que operava nos estudantes e até professores, foi considerável, e com o atractivo de sua virtude e santas conversações conseguiu juntar em volta de sua pessoa um pequeno esquadrão de jovens de talento e grandes esperanças, que depois foram seus companheiros na fundação da Companhia de Jesus (RODRIGUES, 1931a, p.29).

Tudo começou no momento em que conheceu, na condição de colegas de quarto, Pedro Fabro e Francisco Xavier, pessoas que seriam as colunas do edifício da Companhia. O primeiro a seguir Loyola como companheiro de uma vida de pobreza foi Pedro Fabro, seguido por Simão Rodrigues de Azevedo. Eles, mais tarde, exerceram benéfica atividade a Portugal e receberam de Dom João III demonstrações de grande apreço.

Rodrigues (1931a), esclarece que, quase um ano depois, ingressam Diogo Laines, Afonso Salmeirão, Nicolau Afonso, Cláudio Jairo, Pascháesio Broet e João Codure. Além dos cursos de Artes e Filosofia, eles frequentavam, também, os estudos teológicos a fim de propagarem com a ciência necessária para o ministério sagrado. A simpatia de Loyola atraía pessoas e, com o mesmo intuito, ele os mostrava que os tinham como filhos espirituais e os amava, o que era comprovado pelas atitudes cordiais para com seus seguidores, tratados com especial veneração por serem dos dez primeiros da Companhia.

Quanto à Simão Rodrigues, não se encontra na história muita coisa sobre seus primeiros anos. Seu pai, na hora da morte, recomendou à mãe que cuidasse com maior carinho, pois ele foi escolhido por Deus para “[...] grandes coisas da sua glória” (RODRIGUES, 1931a, p.43). E assim foi feito. Foi para Lisboa e lá criado por bispo, motivo pelo qual, somado ao prestígio de sua família, foi estudar em Paris custeado por Dom João III, onde iniciou seu trabalho eclesiástico na universidade aos dezessete anos. Vale salientar que a Universidade de Paris viria a contribuir para a futura edificação da Companhia de Jesus, sendo responsável pela índole e organização dessa Ordem Religiosa.

Cerca de cinquenta colégios foram surgindo pelo bairro universitário de Paris e ministravam para toda aquela juventude, alojamentos, instrução, alimentação e disciplina. Nesse período, Dom João III custeou mais de cinquenta bolsas de estudo para portugueses se formar, pois este era um defensor assíduo das letras e protetor deste ensino.

Os primeiros traços e delineamentos da Companhia tornavam-se claros ao passo que se exigia plena dedicação ao trabalho da salvação das almas em qualquer parte do mundo em que fosse delegado sem recusas ou resistências. No dia 15 de agosto do ano de 1534 os sete companheiros sentaram-se à mesa e fizeram seus votos de devoção a Deus, já que até então só Pedro Fabro era sacerdote. Por dois ou três anos, conforme esclarece Rodrigues (1931a), continuaram a confirmar esse voto, que diz ser de certo modo o princípio da Companhia de Jesus.

Com base nas considerações de Leite (1938a), a Companhia funcionaria para difundir a fé católica e agiria no mundo por meio da caridade, como apresenta a bula:

Qualquer na nossa Companhia, que desejamos seja assinalada com o nome de Jesus, quiser militar como soldado de Deus, debaixo da bandeira da cruz, e servir ao único Senhor e ao Romano Pontífice, Vigário seu na terra, depois de fazer voto solene de castidade perpétua, assente consigo que é membro de uma companhia, sobretudo fundada para, de um modo principal, procurar o proveito das almas, na vida e na doutrina cristã, propagar a fé, pela pública pregação e ministério da palavra de Deus, pelos exercícios espirituais e obras de caridade, e, nomeadamente, ensinar aos meninos e rudes a verdade do cristianismo, e consolar espiritualmente os fiéis do tribunal da confissão, e trate de ter sempre diante dos olhos primeiro a Deus, depois o modo deste seu Instituto, que é um como caminho para chegar a Ele, e de conseguir por todas as forças este fim, que Deus lhe propôs, cada um, todavia, na medida da graça, que o Espírito Santo lhe comunicar, e no grau particular da sua vocação, não suceda que algum se deixe levar de um zelo não regulado pela ciência. (LEITE, 1938a, p. 6)

O nome da Ordem surgiu da necessidade de seus membros identificarem-se quando solicitado. Como todos tinham consigo que Jesus era o guia, ficou decidido que o nome seria Companhia de Jesus. A partir dessa decisão, foram até Roma onde haviam de lançar os fundamentos à grande obra da Companhia.

Após um período difícil, marcado por perseguições, aqueles padres puderam, enfim, propagar a fé. O pedido do papa para que ficassem um tempo em Roma, foi considerado, afirma Rodrigues (1931a), como singular benefício da Providência Divina e fundamento da Companhia de Jesus.

Inicialmente não havia a intenção de fundar uma ordem religiosa. No entanto, tamanhas proporções tomaram os seus assuntos, que tiveram que decidir sobre o futuro da Companhia. Entre a separação e a união, decide-se em assembléia pela união, ajuda mútua e conseqüente fundação da Companhia de Jesus.

Depois de muitos encontros e reuniões, decidiram que a Companhia de Jesus seria uma religião e que deveriam obediência a Deus e ao Sumo Pontífice. Foram surgindo assim as primeiras regras, tais como: voto de obediência, responsabilidade

de ensinar por tempo determinado a doutrina cristã, exigências aos novos integrantes, ajuda aos pobres, peregrinação, entre outros (RODRIGUES, 1931a).

Enquanto Simão Rodrigues permanecia em Sena, em Roma, Inácio de Loyola redigiu cinco capítulos, que formaram o esboço da constituição da Companhia de Jesus. O papa consente e aprova a Companhia confirmando a esses cinco capítulos sua aceitação, formando a lei fundamental da Companhia.

Mesmo com a aprovação do papa, a institucionalização da Companhia ainda demorou um pouco. Só em 27 de setembro de 1540, após o envio da bula ao papa e sua assinatura, nasceu a Ordem religiosa intitulada Companhia de Jesus. Quanto suas finalidades, Leite (1938a) ressaltava uma tendência apostólica e também individual, ou seja, seus membros se preocupariam com a salvação da alma por força da graça divina e com a mesma intensidade amariam o próximo como a si mesmo.

Para Rodrigues (1931a), as constituições deveriam ser seguidas em toda a sua amplitude, não podendo ser alterada nem mesmo após a morte de Inácio de Loyola. As constituições evidenciam três aspectos básicos. O primeiro é que a Companhia, assim como cada jesuíta, deveriam ser guiados pelo único desejo da glória divina; o segundo determinava que o bem deveria ser universal; e o terceiro se referia à obediência.

Para dizer em poucas palavras, as nossas Constituições pretendem que sejamos homens crucificados para o mundo e para os quais o próprio mundo está crucificado, homens novos, homens novos que se despojaram dos próprios afetos, para se revestirem de Cristo, mortos a si mesmos, para viverem para justiça. Conforme as palavras de S. Paulo, demonstraremos ser servidores de Deus, nas fadigas, nas noites em claro, nos jejuns, pela pureza, ciência, grandeza de ânimo, bondade, no Espírito Santo, com caridade sincera, anunciando a palavra da verdade; e, mediante as armas da justiça, ofensivas e defensivas, por meio da glória e do desprezo, da calúnia e da boa fama, do sucesso e da adversidade, caminhemos a passos largos para a pátria celeste. Este é o compêndio e a meta das nossas Constituições. (CONSTITUIÇÕES, 2004, p.23).

Loyola foi escolhido por seus companheiros como o principal da Companhia, mas manifestando profunda humildade, hesitou ao cargo dizendo que preferia ser governado a governar. Com a chegada da carta do Frei Teodório, que ouvira palavras de Deus para um resultado positivo ao cargo, no dia 19 de abril de 1541, Inácio de Loyola aceita o cargo de Propositor Geral, no qual permaneceu quinze anos, até sua morte. Roma era o centro de onde irradiava para todas as regiões a vida da nova Ordem, ao passo que seus fundadores percorriam todos os locais para cumprir suas obrigações (RODRIGUES, 1931a).

Crescia o número dos recrutas que propagavam a Companhia. A instrução e a educação da juventude tinham uma simpatia maior e em poucos anos este se tornou a maior associação de ensino, com a fundação de inúmeros colégios. A Corporação crescia e muita gente de várias regiões do mundo entrou para ajudar, o que às vezes não era suficiente para atender plenamente os pedidos insistentes dos que solicitavam os benefícios da ação.

Com isso, a Companhia, com o tempo, se organizou em doze províncias com cerca de mil combatentes. Rodrigues (1931a, p. 136), afirma que “a fonte deste espírito e a seiva desta organização estava nas Constituições e Exercícios Espirituais, obras da índole eminentemente guerreira, da prudência e psicologia admirável da santidade e da experiência de Inácio de Loiola”.

Foi demorado e cuidadoso o trabalho de redigir as constituições da Companhia. De 1541 a 1547 não cessou Loyola de cuidar da legislação de sua Ordem. Para Assunção (2007), o texto das constituições, além de oferecer modelo de homem que a Companhia de Jesus desejava, também abrangia um conjunto de orientações comuns a todos os seus componentes espalhados por diversas regiões do mundo, contribuindo para a Ordem inaciana manter a mesma imagem por todas as partes.

Rodrigues (1931a) afirma que com as regras constitucionais da Companhia Loyola reúne as verdadeiras condições que um homem deveria assumir para tornar-se um jesuíta e, após esse encargo, como deveria agir na sociedade. A quarta parte deste documento, que estabelecia as leis educacionais, é considerada a base do futuro método pedagógico dos jesuítas, o *Ratio Studiorum*, de 1599.

Em seus escritos, diversos requisitos eram impostos para os possíveis membros que adentrariam à Ordem. Tinham em vista a conservação da alma e do corpo desses homens, guiando-se sempre pela obediência, que era o que permeava implicitamente o espírito da Companhia. Vale destacar que

A obediência como norma de vida de todos os jesuítas era geral e atingia praticamente todas as esferas da vida. Ela está presente na pedagogia jesuítica, de forma vasta através do *Ratio Studiorum*; está presente na relação de subordinação nas casas e colégios; está presente nas visitas oficiais e suas deliberações; está presente até na determinação para a contínua correspondência interna (COSTA, 2004, p.195).

3.2 Os Jesuítas em Portugal

D.João III mandou para Paris alguns portugueses com o intuito de estudar e seguir os trabalhos de Loyola, ao mesmo tempo em que mostrava simpatia por este grupo de companheiros juntamente com a vontade de tê-los em sua terra. Pedro Fabro, na carta que escreve em resposta ao convite da Companhia para ir missionar na Índia, que era o objetivo inicial da Companhia, diz que estava a serviço de Cristo e se essa fosse sua vontade assim o faria. Em meados de março de 1540, Inácio de Loyola manda a Portugal Simão Rodrigues e Francisco Xavier para esta nova missão, sendo lá muito bem recebidos (RODRIGUES, 1931a).

Quando ambos já estavam em terra lusitana, D.João III com sua esposa os recepcionaram apresentando os dois filhos ainda crianças e dizendo o quão orgulhosos estavam por recebê-los, manifestando admiração pelos seus feitos. Rodrigues (1931a) comenta que afeição foi recíproca e os padres viram no monarca um protetor.

Os jesuítas conquistaram ali muita admiração da população que logo fizeram sua fama pela santidade e humildade que propunham em suas ações, surgindo um novo termo para esses virtuosos que, por mais de dois séculos, passaram a ser tratados e conhecidos como apóstolos naquele país.

D.João III recomendou alguns moços fidalgos para que os padres pudessem instruir sobre obrigações da religião e fé com os *Exercícios Espirituais*, assim como faziam com o grande número da população lusitana. Tais tarefas colhiam espantosamente bons frutos. Francisco Xavier e Simão Rodrigues observando as inúmeras vocações que apareciam nos cidadãos do reino de D.João III, a vontade de que a Companhia crescesse em todo seu reino e que essa Ordem, passando ao seu povo segurança sobre essa novidade religiosa, com isso muitos se juntou à Companhia de Jesus neste momento, aumentando o esquadrão que mais adiante se divide em dois, com caminhos distintos um para o Oriente e outro permanecendo ali. (RODRIGUES, 1931a)

Contrariando o pedido inicial do rei a Roma, os portugueses eram contra a saída dos padres para as Índias, pois eles haviam trazido muitos feitos benéficos a esta civilização. A intenção agora era fundar em Portugal uma instituição de ensino no qual os padres lecionassem e, a partir disto, formassem membros da Companhia, visto o êxito alcançado em sua corte. Para Cantos (2009), pode-se considerar que um dos fatores decisivos para a presença dos padres da Companhia em terra lusitana e a consequente hegemonia que tiveram nos assuntos missionários e educacionais é que o convite à Ordem Inaciana se deu justamente no momento em que abancava a virada conservadora no reinado de apego às culturas religiosas e que, de certa forma, aqueles padres corresponderam à expectativa da corte.

O papa então ordena que seja seguida a ordem do rei D.João III, que deliberou a ida de Francisco Xavier para a Índia a fim de evangelizar nessa nova terra, enquanto que Simão Rodrigues ficaria em Portugal e fundaria o Colégio de Coimbra que viria a ser o berço de futuros missionários lusitanos (RODRIGUES, 1931a).

Simão Rodrigues não escondia sua decepção em não poder ir para o Oriente, mas sabia de sua importância em ficar e consolidar a Companhia de Jesus nessas terras. Assim o fez, fundou o colégio, nos quais eram preparados missionários que eram enviados para onde fosse necessário.

Durante sua administração, Simão Rodrigues procurou formar muitos homens, os quais se tornaram bons exemplos de virtude. Fez também com que progredissem no estudo das letras, bem como influenciou seus subordinados no sentido de cuidarem com zelo da Companhia. Rodrigues (1931b) destaca que:

Da autoridade que lhe davam empregos luzidos, e do crédito que tinha com o rei e cortesãos, usava não para aumentos temporais, mas para muitas obras de piedade, e com esse fruto sobrenatural se consolava. Não se repousava em honras que lhe fizessem; vivia na corte ocupado continuamente em promover o bem do Colégio de Coimbra e em procurar a salvação das almas pelos ministérios espirituais. (RODRIGUES, 1931b, p.31)

Por volta de junho de 1542, o padre Simão Rodrigues e mais doze companheiros partiram para Coimbra para fundarem o primeiro colégio da Companhia neste local. Simão Rodrigues era muito querido na cidade lusitana, e também por isso a situação da Ordem mostrava-se com muito sucesso, se tornando um local de fé em virtude da grande freqüência de fiéis que participavam da igreja. Assim, a província de Portugal teve um rápido e grandioso desenvolvimento e o número de membros da Ordem inaciana, bem como a quantidade de casas e colégios, iam crescendo à medida que a Companhia ia se solidificando.

Em meados de 1549, D.João III, na intenção de colonizar o Brasil, pede que Simão Rodrigues para que lá fosse a fim de converter os que lá estavam à fé cristã, o que se dispôs com muito ânimo. Entrou em contato com Roma solicitando outros companheiros para que o substituísse em Portugal, mas ninguém o pôde atender, o que impediu sua missão. Rodrigues (1931b) comenta que ele ficou em Portugal onde muito trabalhou nas primeiras casas e colégios da Companhia de Jesus. Mesmo com a impossibilidade de Simão Rodrigues ir para o Brasil, a Companhia atendeu prontamente o pedido do Rei e em 1549 enviou um grupo de sete Jesuítas para a Colônia, liderados por Manuel da Nóbrega.

Padre Simão escreve a Inácio de Loyola relatando que D.João III cedeu um local no qual iria se formar um mosteiro destinado à Companhia. No dia 5 de janeiro de 1542 com tudo pronto, Padre Simão Rodrigues juntamente, com seus companheiros, mudou para o mosteiro Santo Antão, localizado na cidade de Lisboa, passando a representar a Companhia de Jesus propriamente dita. Com o passar do tempo muitos jovens ingressaram nessa casa, além de alguns mandados por Inácio de Loyola.

Em junho de 1543 já se via a necessidade de aumentar os alojamentos, tanto era o número crescente de estudantes que ingressavam. Para Rodrigues (1931b, p.312) “Assim aumentava a pequena comunidade e com o número crescia o fervor da vida religiosa e o bom odor da edificação”. No primeiro ano da fundação do colégio da Companhia, a universidade de Coimbra já mandava os melhores homens, pois os colégios tinham a pretensão de formar apóstolos santos e sábios que constituíssem a Igreja na base da verdadeira santidade.

Quanto ao conteúdo do colégio, o primeiro ano consistia em teologia, filosofia, retórica e gramática. No ano seguinte, estudava-se teologia, lógica, engenho, dialética e gramática. Assim ia se desenvolvendo o colégio de Coimbra com sujeitos de bom exemplo nas ciências e artes, além de reforçar sua credibilidade por caracterizar-se pela virtude e transparência.

No decorrer da história do Colégio, houve denúncias e acusações quanto sua conduta, inclusive referentes a Simão Rodrigues, o que veio a conturbar o bom funcionamento e sossego da Companhia, que em momentos diminuiu a procura religiosa e conseqüentemente seu crédito. Alguns dos próprios freqüentadores inseridos na Companhia a trocaram por outros caminhos.

Pedro Fabro e António de Araoz, dois dos mais importantes personagens da história da Companhia, saíram para Portugal, e nos poucos meses que ali permaneceram puderam notar a prosperidade do Colégio de Jesus, escrevendo a Inácio “que o Colégio de Jesus era governado com boa prudência e seus habitadores andavam bem instruídos e formados no espírito genuíno de Inácio” (RODRIGUES, 1931a, p.387).

O reconhecimento por este colégio em vários países crescia. Nele eram formados tantos operários religiosos que promoveram à Índia, Brasil e África. Em Portugal além de Lisboa e Coimbra, muitos pregadores passavam pelas demais cidades. O Colégio de Coimbra, que desde sua fundação muito cresceu, favoreceu a propagação e devoção à Companhia. Em 1547 tantos eram os que procuravam ingressar na Ordem, que o colégio já não supria a necessidade de vagas.

Rodrigues (1931a) afirma que por volta de 1560 o colégio se destacou pelo grande número de formandos. A Companhia contava com mais de 350 membros que viviam em Portugal, com uma vida de exemplo para o resto da sociedade, com ações virtuosas, ciências, letras, enfim pelo seu heroísmo e o sacrifício da vida em nome de um mesmo ideal, passando a ser conhecido por todo o mundo.

Para a inserção nessa vida junto à Companhia, não era suficiente apenas o alistamento. Para garantir a qualidade e o bom funcionamento, haviam normas criadas pelo fundador Inácio de Loyola, entre as quais se destacavam: aptidão aos estudos, boa índole e boa capacidade de comunicação. Rodrigues (1931a) comenta que Companhia se preocupava não com a quantidade de religiosos a se formar, mas com a vontade e vocação dos indivíduos, características tidas como pré-requisitos que a regiam.

Assim procedia realmente a Companhia. Por volta de 1544, Simão Rodrigues escreve a Inácio de Loyola retratando que muitos eram os que queriam seguir e ingressar na Ordem, mas que não atendiam a rígida seleção exigida. De modo algum se abria mão dessa forma de inserção, pois a finalidade dela era instruir e educar a mocidade, mas com pessoas julgadas virtuosas que exerceriam da melhor maneira essa missão.

Todos os jovens que por sua vontade e pela aprovação principiavam na Companhia, recolhiam-se nas casas chamadas Casas de Provação, onde seriam formados por sábios, mestres e aprenderiam tudo sobre aquela Ordem, conforme os moldes cristãos de Inácio de Loyola. O padre pretendia que a formação não tivesse apenas um cunho moral e religioso, mas queria abranger a doutrina e a docência, levantando um ideal de sistema pedagógico sólido e seguro. Para isso, Rodrigues (1931a) esclarece que ele incluiu letras humanas, constituída de gramática, poesia, história, língua latina, grega e hebraica e, quando necessário para sua ordem, as línguas como caldeu, árabe e índicos. Fazia parte também a filosofia, em todos seus ramos da física, metafísica e moral. Juntamente a acompanhava a matemática e teologia, sobretudo a Escritura Sagrada e o direito Canônico.

Como método de ensino pedagógico, Inácio de Loyola propunha repetições diárias e semanais, acompanhadas de discussões entre os alunos e os mestres, desafios entre estudantes onde eram possíveis disputas argumentativas, criando nos indivíduos habilidades da retórica de cunho intelectual admirável.

Sem dúvida, o grande êxito que a Companhia mostrava em suas atividades era devido a paixão, devoção, fé e dedicação que os religiosos desta ordem apresentavam. Uma prova deste comprometimento foram as evangelizações por meio das missões realizadas por muitos apóstolos da Companhia em Portugal. Outra característica marcante da Companhia que fez surgir tanta admiração, era, segundo Rodrigues, a caridade exercida por estes com os mais necessitados tanto de espírito quanto ao físico, que por muitos desses religiosos eram exercidos.

Assim, não é demais falar que foram os padres desta Ordem Inaciana que propiciaram a expansão de muitas casas e colégios, vigorando a espiritualidade e religiosidade em Portugal, formando uma nação embasada em uma vida cristã e mais vívida. Ressalta-se ainda que, mais do que a missão religiosa, os jesuítas cultivaram a instrução e educação dos jovens. Essa relação da Companhia com a educação será discutida a seguir.

4 COMPANHIA DE JESUS: RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO

As principais atividades que norteavam as intenções da Companhia de Jesus eram a catequização e evangelização. Apesar de nunca ter sido o principal objetivo da Ordem, a educação veio a se tornar uma das principais e mais reconhecidas atividades exercidas por aqueles padres.

No momento em que os religiosos se depararam com uma complexidade de fatores como língua e culturas diversas, encontraram na educação um meio de se aproximar dos infieis e difundir o catolicismo pelas regiões do mundo. Para Luzuriaga (1978, apud CANTOS), a educação jesuítica cultivou o próprio espírito humanista, caracterizado pela independência de pensamento, atributo investigativo e por uma posição altamente crítica. A educação e o ensino tomaram grandes proporções nesta Ordem, mas sempre relacionados com o ideal principal que era promover a religião.

Na IV parte das Constituições da Companhia de Jesus foram abordados os primeiros cuidados com a educação, tratando das matérias a serem ensinadas, dos métodos a serem seguidos, dos textos aplicados nas aulas e outras normas (CONSTITUIÇÕES, 2004). Porém, a pedagogia inaciana ganhou um método próprio, era o *Ratio Studiorum*.

Foi no colégio criado em Messina, na Sicília, em 1548 que, pela primeira vez, os jesuítas aplicaram um plano de estudos e um método pedagógico. Posteriormente, esse plano de estudo e método foi adotados por todos os demais Colégios da Companhia. O método de ensino seguido foi o *modus parisiensis*, caracterizado pela distribuição de alunos em classes, realização pelos alunos de exercícios escolares e mecanismo de incentivo ao trabalho escolar. A organização da classe dava-se por um grupo de alunos mais ou menos da mesma idade e com o mesmo grau de instrução. O conhecimento era proporcional ao nível do aluno e cada classe era regida por um professor.

Podemos dizer que as origens do *Ratio* remontam às Constituições da Companhia de Jesus elaboradas por Inácio de Loyola, que entraram em vigor em 1552. O *Ratio*

foi pensado por Loyola como um método que guiaria a ação jesuítica nos colégios, pois, para ele, a IV parte das Constituições(2004) não seria o suficiente para esse objetivo.

Em 1586, resultou a primeira versão do Plano da Companhia de Jesus. Em 1591, a segunda versão, posta em prática em caráter experimental por três anos, resultou na aprovação e publicação de sua última versão em 1599, para vigorar em todos os colégios da Companhia de Jesus.

O *Ratio Studiorum* é fundamental para compreendermos as características da educação jesuítica, sobretudo o funcionamento dos colégios fundados pela Companhia de Jesus.

Um fator a ser destacado é o fato de a educação jesuítica ser considerada muito ampla e completa. Havia uma preocupação em moldar o homem em todos os aspectos, o que requeria uma educação que desenvolvesse não somente o intelecto, mas também o físico, o ético e o moral, lapidando, conforme afirma Cantos (2009), uma preocupação com o homem de acordo com o ideal que eles defendiam para uma convivência no interior da ordem religiosa.

As Constituições também evidenciam o quanto a obediência era algo valorizado pela Ordem.

[...] esforçando-se todos por imitar a pureza dos anjos com a integridade de corpo e alma. Pressupondo isto, passamos a falar da santa obediência. Estejam todos deveras dispostos a observá-la e a distinguir-se nela; e não só nas coisas de obrigação, mas também nas outras, mesmo sem ordem expressa, a um simples sinal da vontade do Superior. Tenham diante dos olhos a Deus Nosso Criador e Senhor, por quem se obedece, e esforcem-se por proceder em espírito de amor, e não com a perturbação do temor. E assim, estimulemo-nos todos por não perder ponto algum de perfeição, que com graça divina possamos atingir na inteira observância de todas as Constituições (A), e no nosso modo de proceder, em Nosso Senhor. Muito especialmente apliquemos todas as forças na virtude da obediência ao Sumo Pontífice em primeiro lugar, depois aos Superiores da Companhia, de forma em que todos os domínios onde com caridade pode estender-se à obediência (B), estejamos disponíveis à sua voz, como se ela viesse de Cristo Nosso Senhor. (CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 161).

Outro aspecto particular da Companhia de Jesus era que os alunos deveriam ser disciplinados de acordo com as Constituições, o *Ratio Studiorum* e alguns estatutos particulares dos colégios e universidades.

Será de grande ajuda para isso que todos se confessem ao menos uma vez por mês, ouçam a missa diariamente, e a pregação todos os dias de festa quando a houver (A). Nesse ponto o professores não de olhar pelos seus próprios alunos. [...] Um dia por semana deve ensinar-se também no colégio a doutrina cristã. Procurar-se-á que os meninos a aprendam e a repitam. Que todos a saibam, mesmo se for possível, os maiores. (CONSTITUIÇÕES, 2004, p.146).

A partir de tais preocupações com a obediência e a disciplina, não poderia faltar regras a serem aplicadas caso estas não fossem cumpridas. Para isso havia algumas normas quanto aos castigos tanto nas Constituições como no próprio *Ratio Studiorum*.

Para os que tiverem cometido alguma culpa, quer na aplicação devida ao estudo, que no que respeita os bons costumes, e com que não bastam boas palavras e repreensões, haverá um corretor que não seja da Companhia, para incutir temor e infligir o castigo àqueles que dele precisarem e puderem ser punidos. Mas quando nem palavras, nem corretor forem suficientes, e se vir que um aluno é incorrigível e escandaloso, vale mais despedi-lo das aulas do que deixá-lo nelas sem proveito próprio e com prejuízo para os outros (D). Tal decisão pertencerá ao Reitor da universidade, para que tudo redunde, como é justo, em glória e serviço de Deus Nosso Senhor. (CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 147).

Conforme ressaltado, os castigos não deveriam ser aplicados pelos próprios jesuítas, mas por um oficial de fora, chamado de Corretor o qual seria responsável pela punição daqueles que de fato o merecessem (FRANCA, 1952).

Quanto a forma disciplinar, ressalta Rodrigues (1917):

Ora o uso do castigo para a educação não o inventou a Companhia de Jesus, antes o suavizou com a sua pedagogia maternal. Quando ella abriu escolas já era popular o annexim: letra com sangue entra, e eram bem conhecidos os excessos que deram assumpto curioso as satyras de Erasmo que delles fora victima no Collegio de Montaigu. Neste mesmo collegio teve S. Ignácio conhecimento e talvez foi testemunha ocular daquelles rigores de educação, que lhe

ficaram na memória mas para os dulcificar na sua pedagogia (RODRIGUES, 1917, p. 31).

A educação jesuítica foi bem cultivada e administrada pelos jesuítas com suas normas e determinações cuidadosamente seguidas e acatadas, fundando colégios em cada local em que ancoravam, assegurando um representativo sucesso ao longo de sua existência (CANTOS, 2009).

Desde o século XVI, o século da fundação dos primeiros colégios, a Companhia encaminhou-se pela educação fazendo sua história, fundamental para o desenvolvimento e solidificação da *Societas Iesu*. O primeiro Colégio clássico da Companhia plenamente organizado foi fundado em 1548 na província italiana de Messina – região da Sicília. Foram para lá enviados muitos padres a fim de compor o corpo docente na sua maioria formados na Universidade de Paris, que era um modelo utilizado pelos padres na organização do primeiro colégio.

Roma também contou com um colégio, o qual, segundo o projeto de Inácio de Loyola, serviria posteriormente como um centro-modelo de outras instituições, considerando Roma um local adequado para isto, por ser o centro da cristandade. Contava com um corpo docente muito bem preparado, com um critério único exigido por Inácio: eficiência e competência (FRANCA, 1952).

Franca (1952) comenta que muitos colégios foram fundados ao longo dos anos, sendo que, no final do século XVI, os colégios dirigidos pelos jesuítas já somavam 293. Para assegurar e regulamentar a formação do futuro da Ordem inaciana, bem como caracterizar os verdadeiros objetivos daqueles colégios e membros, Inácio escreve nas Constituições:

O fim que a Companhia tem diretamente em vista é ajudar as almas próprias e as do próximo a atingir o fim para o qual foram criadas. Este fim exige uma vida exemplar, doutrina necessária, e maneira de a apresentar. Portanto, uma vez que se reconhecer nos candidatos o requerido fundamento de abnegação de si mesmos e o seu necessário progresso na virtude, devem-se procurar os graus de instrução e o modo de utilizá-la para ajudar a melhor conhecer e servir a Deus nosso Criador e Senhor. Para isso a Companhia funda colégios e também algumas universidades, onde os que deram boa conta de si nas casas e foram recebidos sem os

conhecimentos doutrinários necessários possam instruir-se neles e nos outros meios de ajudar as almas (CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 117).

Assim, fica claro que a pedagogia de Loyola baseava-se no evangelho de Jesus Cristo, e, conseqüentemente, tais colégios só formariam homens com caráter profundamente cristão. Para Rodrigues (1917), a Ordem inaciana, em seu aspecto educativo, era regida prioritariamente pela religião, no momento em que os membros da ordem tinham a plena convicção de que a educação e o conhecimento, sem uma sustentação religiosa e de fé, representariam um perigo para a sociedade.

Estes membros tinham consigo que os alunos deveriam ser animados não somente pelo desejo e curiosidade do saber, mas também por se aperfeiçoarem como instrumentos da Glória de Deus, preparando o espírito para obras em prol da humanidade com o aprofundamento na virtude das letras (RODRIGUES, 1917).

A pureza de alma, que tanto favorece o estudo com o sossego do espírito e limpidez das faculdades, não de conservá-la ilibada e procurar que no fervor dos estudos não arrefeça o amor da piedade. De tal modo porém devem progredir estes dois empenhos na virtude e letras, que para nenhuma parte haja excesso. É a regra tanta vez inculcada por S. Inácio de se guardar em tudo o justo meio, para que melhor se aproveitem as forças e se lhes não diminua a duração. Por isso durante a carreira escolar nem as devoções serão excessivas, nem as mortificações muito rigorosas, nem as orações demasiadas, mas ter-se-há o devido cuidado com a saúde, o repouso necessário e a conveniente recreação (RODRIGUES, 1917, p. 18).

Rodrigues (1917), esclarece que os primeiros cursos dentro dos colégios se organizavam em três áreas que consistiam em Humanidades (latim, grego, gramática), Filosofia ou Artes e Teologia.

As aulas de Humanidades tinham por objetivo a compreensão da eloquência e retórica, bem como o aperfeiçoamento da língua, melhorando o vocabulário. A finalidade era a obtenção de perfeitos oradores e alunos embasados na arte e na poesia. Na Filosofia, buscavam-se bons pensamentos e raciocínio legítimo, com a formação científica da inteligência, as quais eram ensinadas a lógica, física e também as ciências naturais (RODRIGUES, 1917).

Por mais que houvesse a parte específica da Teologia, todos os demais cursos eram embasados por tal conceito. A rigor, a Teologia era a baseada na doutrina de São Tomás de Aquino (1225-1274), por ser julgada por eles como a mais sólida e segura.

Os professores eram considerados os operadores principais de todo o bom funcionamento dos colégios. Nas Constituições, Loyola já descrevia o que ele esperava e quais as características necessárias a esses mestres na Companhia. Entre elas, destaca que o professor não deveria se afastar do grêmio da Santa Igreja, não ter sido condenado em sentença pública ao disseminar a fé entre os infiéis, não poderia ter sido homicida, não poderia ter pertencido à outra ordem religiosa, não deveria estar casado e não ter qualquer enfermidade mental ou predisposição para tal.

O professor dos colégios jesuíticos deveria, ainda, ter suficientes conhecimentos da teologia escolástica e das Sagradas Escrituras, além da cultura das letras humanísticas e artes liberais. E, embora alguns pudessem, em pouco tempo, cumprir o progresso que outros demorariam mais, fazia-se necessário, para que houvesse uma medida comum, fixar um tempo determinado. Assim, depois das Artes ou Filosofia, quatro anos completos eram dedicados à Teologia, conforme o seguinte trecho das Constituições esclarece:

Por isso, para alguém ser admitido à profissão, será conveniente que se tenha dado ao estudo da teologia por todo esse tempo, e que nela tenha feito bons progressos para a glória de Deus Nosso Senhor. Como prova do seu aproveitamento, deverá cada um, antes da profissão, defender teses de lógica, filosofia e teologia escolástica, diante de quatro examinadores designados para julgar e com toda a verdade e sinceridade se, em seu sentir, ele atinge um nível satisfatório. Se se visse que lhe faltavam suficientes conhecimentos, seria preferível esperar até que os alcance. De igual modo devem ser adiados aqueles que, na abnegação de si mesmos e nas outras virtudes religiosas, não deram provas plenamente satisfatórias (CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 153-154).

Rodrigues (1917), relata que a partir do momento em que o professor fizesse parte dos colégios e estivesse imbuído da dignidade cristã, deveria estar cômico de que o aluno deveria ser considerado como um depósito sagrado que lhe confiava Deus,

a sociedade e a própria família. Por isso, os colégios eram considerados mais do que centros educativos, eram também responsáveis pela administração da vida dos padres e tudo que a elas se relacionava.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, ao apresentar algumas considerações referentes à presença dos padres jesuítas no reino português durante o século XVI, é revelador de questões importantes relativas à atividade educacional daquele momento como o estabelecimento de colégios e universidades.

Constatou-se que a representação de Dom João III, na sociedade portuguesa do século XVI foi um aspecto decisivo para a manutenção e permanência da Companhia no país. Em um momento em que o reino lusitano era caracterizado por ambições que se voltavam para as conquistas, o monarca, a fim de manter equilíbrio do reino, empenhou-se pela permanência da Companhia.

No que se refere à atuação dos padres em Portugal, notou-se certo êxito, o que é evidenciado pela sua propagação. A instrução e a educação da juventude tinham uma simpatia maior por parte dos jesuítas e, em poucos anos, eles se tornaram a maior associação de ensino, com a fundação de inúmeros colégios. Aquela corporação crescia e muita gente entrou para ajudar, e de todo lugar do mundo, o que, às vezes, não era suficiente para atender plenamente os pedidos insistentes dos que solicitavam os benefícios da ação

Em suma, a presença dos padres jesuítas em Portugal, no século XVI, permitiu refletir sobre a ordem religiosa que marcou da história da educação, compreendida como a forma de expressão da organização humana. Na sociedade portuguesa do século XVI, a educação forjava uma parte importante e essencial da cultura ocidental ao formar o homem que dela era expressão: o cristão.

A compreensão possibilitada, ao longo deste trabalho, apesar de restringir-se ao reino português, permite o entendimento de um período de profundas transformações, que foi o século XVI. Além disso, não se deve perder de vista o fato de que as ações da Companhia de Jesus estão diretamente relacionadas à colonização da América Portuguesa.

Após diversas leituras a pesquisa atinge seu ponto final, porém, acreditando sempre que o tema é muito amplo e não se esgota aqui. O estudo nos remete à reflexão da importância que este estudo se mostra para a formação integral e de sucesso de um profissional da educação. O estudo da história contribui para uma compreensão satisfatória do que hoje nos rodeia, buscando no passado a explicação da sociedade tal como ela é regida hoje, através da mudança de pensamentos que a *priori* foi questionada em outro contexto, mas analisada e modificada para atingir o que nos deparamos nos dias de hoje.

6 REFERÊNCIAS

- BOXER, Charles. **O império marítimo português 1415-1825**. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CANTOS, Priscila Kelly. **A educação na Companhia de Jesus: um estudo sobre os colégios jesuíticos**. Dissertação (Mestrado em Educação). Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2009.
- CONSTITUIÇÕES* da Companhia de Jesus: normas complementares. São Paulo: Editora Loyola. 2004.
- COSTA, Célio Juvenal. **A racionalidade jesuítica em tempos de arredondamento do mundo: o Império Português (1540-1599)**. Tese de Doutorado. Piracicaba: Unimep, 2004.
- COSTA, C. J. e MENEZES, S. L. A educação no Brasil colonial (1549-1759). In: ROSSI, E. R; RODRIGUES, E; NEVES, F. M. (ORG.). **Fundamentos históricos da educação no Brasil**. Maringá: Eduem, 2005.
- DIAS, José Sebastião da Silva. **A política cultural da época de D. João III**. Volume primeiro. Coimbra: Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos, 1969.
- EXERCÍCIOS *Espirituais de Santo Inácio*. São Paulo: Editora Loyola, 1985.
- FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas*. Rio de Janeiro: Agir, 1952.
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938a.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. **Historia de Portugal**. Lisboa: Palas, 1974
- NOVAES, Adauto (org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Minc/Funarte/Companhia das Letras, 1998.
- NUNES, R. A. C da. **História da educação no renascimento**. São Paulo: EPU, 1980.
- OLIVEIRA, P. Miguel de. **História eclesiástica de Portugal**. 3ª ed., Lisboa: União Gráfica, 1958.
- PAIVA, José Maria de. **Colonização e Catequese**. São Paulo: Arké, 2006.
- RODRIGUES, Francisco. **A formação intelectual do jesuíta**. Porto: Livraria Magalhães & Moniz, 1917.
- RODRIGUES, Francisco. **História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal**. Tomo I, volume 1. Porto: Apostolado da Imprensa, 1931a.

RODRIGUES, Francisco. **História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal**. Tomo I, volume 2. Porto: Apostolado da Imprensa, 1931b.

SARAIVA, José Hermano. **História Concisa de Portugal**. Lisboa: Publicações Europa-América, LDA, 1995.

SAVIANI, Dermeval. **História da ideias pedagógicas no Brasil**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SÉRGIO, António. **Breve Interpretação da História de Portugal**. Lisboa, Sá da Costa, 1983.

SUBTIL, José Manuel. Administração central da Coroa. In: MATTOSO, José (dir). **História de Portugal – no alvorecer da modernidade (1480-1620)**. Terceiro volume. Lisboa: Estampa, 1993.

XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, António Manuel. . A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José. **História de Portugal**. O Antigo Regime, 1620-1807. Lisboa: Estampa, 1993, t. IV, pp. 121-144.

XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, António Manuel. Paradigmas políticos e tradições literárias. In: MATTOSO, José. **História de Portugal**. O Antigo Regime, 1620-1807. Lisboa: Estampa, 1993, t. IV, pp. 145-155.